

13/01/2026 17:49	<div>1) É sabido que as agências de viagens só podem emitir Nota fiscal, sobre o valor do agenciamento conforme a Lei 11.771, de 17 setembro de 2008. E de acordo com o disposto no Decreto nº 1974 de 10/07/2003 e cometo afirmar então que as futuras da Contratada deverão ser acompanhadas dos bilhetes, que substituirão as notas fiscais, da Companhia Aérea - e a Futura/Nota Fiscal da empresa contratada (vencedora do certame)?</div> <div>2) O edital exige que a contratada mantenha canal de atendimento 24/7? Pergunta-se: será necessário também disponibilizar sistema informatizado de auto-reserva ou a administração será satisfeita pelo atendimento humano?</div> <div>3) A contratada deverá designar um preposto/posto de atendimento nas dependências ou em local/estado do contratante?</div> <div>4) Qual o último ou atual fornecedor a prestar os serviços ora licitados? Ainda neste âmbito, qual o valor da taxa ou desconto praticado?</div> <div>5) Será aceito a cobrança de taxa DU 10% (remuneração do agente de viagem)?</div> <div>6) Aceitação oferta da taxa de agenciamento com valores zero ou negativo para taxa de agenciamento?</div> <div>7) Ainda referente a taxa de agenciamento, será aceito valor unitário ou total igual a 0,01 (um centavo)? E 0,0001 (um milésimo)?</div> <div>8) Será aceito desconto (taxa negativa) para a taxa RAV? Caso sim, será em valor percentual ou taxa fixa (R\$)?</div> <div>9) Se a Administração exigir planilha de exequibilidade, será admitido que a contratada demonstre viabilidade por meio de receitas e metas globais do grupo econômico, ou o cálculo deverá considerar apenas a execução deste contrato específico?</div> <div>10) Haverá aplicação da Lei Kandir nesta contratação (isenções ou desconexões tributárias aplicáveis ao objeto)?</div> <div>11) Em caso de empate serão quais critérios?</div> <div>12) O Credenciamento IATA, e declaração das cias aéreas, devem estar em nome das licitantes, confirmando que estas possuem créditos para emissão de bilhetes. Correto? Essa exigência, além de não permitir a subcontratação, traz maior credibilidade e segurança para este contrato de grande vulto e importância para a Administração Pública?</div> <div>13) Durante o desempenho contratual o órgão poderá solicitar relatórios adicionais ou com granularidade diferente da prevista no edital e contrato, abrindo previsão de reequilíbrio econômico-financeiro?</div> <div>14) Solicitamos informar se a instituição possui atualmente acordo corporativo com alguma companhia aérea, seguradora ou rede hoteleira que benefícios devam ser observados pela contratada?</div> <div>15) Precisamos confirmar se haverá integração entre algum sistema interno próprio da instituição e o nosso sistema de passagens. Se houver, será necessário desenvolver uma integração entre os dois ambientes?</div> <div>1) Faturamento e Notas Fiscais: Conforme o Parecer PAT nº 06/2025 e o modelo de proposta, a contratada deve emitir faturas separadas para o pagamento. Devem ser discriminadas as receitas próprias da contratada (taxa de agenciamento/fee) das receitas dos prestadores de serviço (bilhetes, seguros e taxas de embarque), sendo os bilhetes de passagem o lastro comprobatório da execução</div> <div>2) Sistema de Reserva vs Atendimento Humano: O Edital exige uma solução híbrida: a contratada deve disponibilizar um sistema de online booking integrando as principais companhias aéreas. Simultaneamente, deve prestar atendimento 24 horas, sete dias por semana, por telefone, WhatsApp e e-mail para suporte, alterações ou emissões emergenciais.</div> <div>3) Preposto e Posto de Atendimento: Não há obrigatoriedade de posto físico nas dependências da Contratante. No entanto, a licitante deve possuir sede ou agência física em território nacional, vinculada ao seu CNPJ, para garantir a gestão administrativa e o cumprimento das obrigações fiscais e trabalhistas.</div> <div>4) Fornecedor Atual e Valores Praticados: Recomenda-se a consulta ao Portal da Transparência para dados sobre execuções contratuais anteriores.</div> <div>5) Taxas DU e RAV (Remuneração Adicional Fee): É terminantemente proibida a cobrança de taxa DU, RAV ou qualquer sobre taxa sobre o valor da tarifa ou taxas de embarque. A única remuneração permitida é a taxa de transação/transaction fee de valor fixo.</div> <div>6) Taxa de Agenciamento Zero ou Negativa: Não será admitida taxa de agenciamento negativa ou de valor zero. A taxa de transação é definida como a "única forma de remuneração" da contratada, o que pressupõe natureza onerosa e valor positivo para garantir a exequibilidade.</div> <div>7) Valor da Taxa (R\$ 0,01 ou R\$ 0,0001): Para fins de cadastramento da proposta, caso o licitante queira ofertar taxa zero, os valores cadastrados deverão ser os VALORES UNITÁRIOS SEM TAXA, dispostos no item 11 do Termo de Referência, anexo I do Edital, sendo estes:</div> <div>Passagens Nacionais: R\$ 1734,26</div> <div>Passagens Internacionais: R\$ 11.560,48</div> <div>8) Desconto na Taxa RAV: Considerando que a cobrança de RAV é proibida, não há previsão para aplicação de descontos sobre taxas não permitidas no certame.</div> <div>9) Planilha de Exequibilidade e Viabilidade: Valores inferiores a 50% do orçado geram indicio de inexequibilidade, disparando diligência. O licitante deverá demonstrar que sua proposta é bastante para arcar com os custos específicos da contratação; os documentos não detalham a aceitação de receitas globais do grupo econômico como justificativa de viabilidade.</div> <div>10) Lei Kandir (Desoneração): Não há previsão específica de aplicação da Lei Kandir nos documentos do certame. O licitante deve formular sua proposta com base na legislação tributária vigente aplicável, observando-se sempre Constituição Federal, o Código Tributário Nacional (CTN), emendas constitucionais, leis complementares e leis ordinárias.</div> <div>11) Critérios de Empate: Seguirão a ordem do Art. 60 da Lei nº 14.133/2021.</div> <div>Art. 60. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:</div> <div>I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;</div> <div>II - avaliação do desempenho contratual previsto dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;</div> <div>III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento. (Vide Decreto nº 11.490, de 2023) Vigência;</div> <div>IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;</div> <div>5.º) Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:</div> <div>I - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante, ou no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localiza;</div> <div>II - empresas brasileiras;</div> <div>III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;</div> <div>IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009;</div> <div>5.º) As regras previstas no caput deste artigo não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2009.</div> <div>Art. 61. Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.</div> <div>5.º) A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.</div> <div>5.º) A negociação será conduzida por agente do contratoção ou comissão de contratação, na forma de regulamento, e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.</div> <div>12) Credenciamento IATA e Consolidadoras: A certificação IATA própria não é um requisito obrigatório de habilitação. É permitida a utilização de sistemas de consolidadoras para cotação e emissão de bilhetes. Contudo, a contratada não pode subcontratar o objeto o atendimento e a gestão devem ser feitos diretamente pela vencedora. Eventuais custos de intermediação da consolidadora devem ser absorvidos pela contratada, sendo vedado o repasse à Administração.</div> <div>13) Relatórios Adicionais e Reequilíbrio: A contratada já deve fornecer relatórios de BI, históricos de reembolsos e detalhamento de tributos, vide item 5.8 do Termo de Referência, anexo I do Edital. Eventuais solicitações que extrapolem o objeto pactuado seguirão o rito da Lei nº 14.133/2021 para alterações contratuais e restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, se devidamente comprovado o aumento do encargo, salientando-se que deve ser observada a cláusula 5, item 5.6, da Minuta do Termo de Contrato, anexo II do Edital.</div> <div>14) Acordos Corporativos Existentes: Informa-se que não existe atualmente acordo corporativo com alguma companhia aérea, seguradora ou rede hoteleira.</div> <div>15) Integração de Sistemas: A contratada validará o processo pelo Sistema de Gestão de Viagens Corporativas da Administração. A empresa deve possuir sistema de online booking próprio ou de consolidadora, mas não há exigência de desenvolvimento de novas integrações de software customizadas, além das interfaces padrão previstas no item 5.2.4, do Termo de Referência, anexo I do Edital.</div>
13/01/2026 15:41	<div>Na tabela constante do item 11 do Edital, consta o valor unitário de R\$ 1734,26 para o item 1 e de R\$ 11.560,48 para o item 2. Na coluna subsequente ("Valor unitário + taxa de agenciamento"), são informados os valores de R\$ 1751,60 para o item 1 e de R\$ 11.676,08 para o item 2.</div> <div>Dessa forma, entende-se que a taxa de agenciamento corresponderá a R\$ 1734 para o item 1 e a R\$ 11.560 para o item 2. Contudo, na última linha da tabela consta a informação de que a taxa de agenciamento seria de R\$ 0,01.</div> <div>Diante disso, questiona-se:</div> <div>Caso a taxa de agenciamento seja efetivamente de R\$ 0,01, os valores estimados de "Valor unitário + taxa" não deveriam ser de R\$ 1734,27 para o item 1 e de R\$ 11.560,49 para o item 2?</div> <div>Nesse cenário, o valor máximo estimado do certame seria de R\$ 21.543.484,29, e não de R\$ 21.758.833,30, conforme atualmente indicado no Edital.</div> <div>Para esclarecer a metodologia de cálculo apresentada na tabela do item 11 do Termo de Referência, é necessário compreender que o valor indicado como "Taxa de Agenciamento - R\$ 0,01" funciona, na prática da planilha de custos, como um fator multiplicador (equivalente a 1%) aplicado sobre a tarifa aérea para compor o preço máximo aceitável.</div> <div>Conforme solicitado, para se chegar ao valor final da proposta por item, deve-se seguir estes passos:</div> <div>1. Multiplicação: Multiplica-se o valor unitário estimado da passagem pelo índice da taxa (0,01).</div> <div>2. Soma: O resultado obtido (que representa o valor nominal da taxa em reais) deve ser somado ao preço unitário da passagem.</div> <div>Aplicação Prática nos Itens do Edital:</div> <div>Item 1 (Passagens Nacionais)</div> <div>- Cálculo da taxa: 1734,26 x 0,01 = R\$ 17,34</div> <div>- Valor da Proposta: 1734,26 + 17,34 = R\$ 1751,60</div> <div>Item 2 (Passagens Internacionais)</div> <div>- Cálculo da taxa: 11560,48 x 0,01 = R\$ 115,60</div> <div>- Valor da Proposta: 11560,48 + 115,60 = 11.676,08</div> <div>Essa lógica de cálculo implica a composição do Valor Total da Contratação de R\$ 21.758.833,30, que é o resultado da multiplicação das quantidades totais estimadas (5.543 unidades para o item 1 e 1.032 para o item 2) pelos respectivos valores unitários já acrescidos da taxa calculada por esse método.</div>
13/01/2026 15:41	<div>Solicitamos informar se será permitida a prestação de serviços por meio de consolidadora, já que não possuímos IATA própria e os preços disponibilizados serão os do sistema da consolidadora, compatíveis aos praticados pelas companhias aéreas.</div> <div>A certificação IATA (International Air Transport Association) atua como uma garantia financeira e técnica entre agências e companhias aéreas. O Edital não exige a posse de IATA própria como documento obrigatório de habilitação; as exigências de qualificação técnica restringem-se à apresentação de atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto e ao registro vigente no CADASTUR.</div> <div>Dessa forma, é permitida a utilização de sistemas de consolidadoras para a cotação e emissão de bilhetes, uma vez que esta é uma prática operacional comum no mercado para viabilizar o acesso a crédito e inventário aéreo.</div> <div>Porém, é imperativo ressaltar que a remuneração da futura contratada dar-se-á exclusivamente mediante a Taxa de Agenciamento (Transaction Fee), sendo que o Termo de Referência, em seu item 7.1, proíbe expressamente a cobrança de qualquer outra taxa ou sobre taxa sobre o valor da tarifa ou das taxas de embarque como forma de remuneração pelos serviços prestados.</div> <div>Desse modo, nos valores propostos pela licitante devem estar incluídos todos os custos operacionais, encargos comerciais e quaisquer outros custos diretos ou indiretos. Portanto, eventuais custos de intermediação cobrados por consolidadoras devem ser integralmente absorvidos pela contratada, sendo vedado qualquer repasse desses custos a Administração.</div> <div>Embora a licitante possa utilizar o sistema de uma consolidadora, o Termo de Referência estabelece que a contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual, isso implica que o atendimento, a cotação, a reserva e a gestão das passagens devem ser executados diretamente pela empresa vencedora, utilizando sua própria estrutura administrativa e operacional vinculada ao seu CNPJ.</div> <div>A contratada tem a obrigação de efetuar pesquisas em todas as companhias aéreas e indicar sempre o menor preço disponível, inclusive através de promoções. O uso de sistema de consolidadora não exonera o licitante da responsabilidade de garantir que a tarifa apresentada seja a mais econômica do mercado no momento da solicitação.</div> <div>A situação por meio de consolidadora é permitida para fins operacionais de emissão, desde que a licitante execute diretamente o serviço (sem subcontratação do objeto) e não repasse nenhuma taxa de intermediação ou custo adicional à Administração além da taxa de agenciamento ofertada em sua proposta.</div>
13/01/2026 15:40	<div>Aceitar taxa zero?</div> <div>O menor valor aceito será R\$ 0,01 (um dólar, quatro centavos). Ou, conforme aceita o sistema Compras.gov.br, até 4 casas decimais (R\$ 0,0001)? Sendo aceito R\$ 0,0001, descarta-se as duas últimas casas decimais e a taxa de agenciamento de fato será R\$ 0,00, com duas casas, na proposta final a ser enviada?</div> <div>Caso seja cadastrado com 4 casas decimais, será desclassificado?</div> <div>Aceitar taxa negativa?</div> <div>É necessário posto/escritório na sede da contratante?</div> <div>1. Em análise ao instrumento convocatório e ao Termo de Referência, e considerando o objeto de Registro de Preços para o serviço de agenciamento de passagens aéreas, informa-se que não há vedação expressa para a apresentação de proposta comercial com Taxa de Agenciamento Zero.</div> <div>Portanto, estabelece-se que as propostas que apresentem taxa de agenciamento nula serão aceitas, sendo que sobre a taxa de agenciamento reitera-se redação do item 7.1 do Termo de Referência, anexo I deste instrumento convocatório:</div> <div>7.1. A taxa de transação ou taxa de agenciamento (transaction-Fee) constitui a única forma de remuneração a CONTRATADA pelos serviços de agenciamento sistematizado previstos, sendo vedada a cobrança de qualquer outra taxa ou sobre taxa sobre o valor da tarifa, das taxas de embarque ou do valor da apólice como forma de remuneração pelos serviços prestados.</div> <div>Obs: Para fins de cadastramento da proposta, caso o licitante queira ofertar taxa zero, os valores cadastrados deverão ser os VALORES UNITÁRIOS SEM TAXA, sendo estes:</div> <div>Passagens Nacionais: R\$ 1734,26</div> <div>Passagens Internacionais: R\$ 11.560,48</div> <div>2. Esclarece-se que para fins de cadastramento de proposta no sistema deverão ser cadastrados os VALORES UNITÁRIOS SEM TAXA, dispostos no item 11, do Termo de Referência, anexo I do Edital, acrescidos da taxa de agenciamento que será ofertada pela empresa, a qual pode conter até 4 casas decimais.</div> <div>Exemplo:</div> <div>Taxa do agenciamento: 0,01</div> <div>Valor unitário sem taxa passagem nacional: R\$ 1734,26</div> <div>Valor a ser cadastrado (com a taxa): R\$ 1751,60</div> <div>3. Vide item 2.</div> <div>4. Entende-se que não serão aceitas taxas de valor negativo, logo não será permitido desconto sobre o valor unitário das passagens aéreas, sendo que somente será variável o valor da taxa de agenciamento.</div> <div>5. Posto de Atendimento: Não há obrigatoriedade de posto de atendimento físico nas dependências da Contratante. No entanto, a empresa deve possuir sede ou agência física em território nacional e prestar atendimento 24 horas por canais remotos (telefone, e-mail, WhatsApp), vide item 5.2 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.</div> <div>5.2.2. A empresa contratada deverá possuir sede ou agência física em território nacional, devidamente vinculada ao CNPJ da licitante, com estrutura administrativa e operacional compatível com o objeto contratado, a fim de assegurar a adequada execução dos serviços e a pronta comunicação com a Administração.</div> <div>OBS: A exigência de sede física em território nacional não se restringe à localidade específica, podendo estar situada em qualquer unidade da Federação, desde que formalmente vinculada ao CNPJ da empresa licitante.</div> <div>Considera-se necessário que a futura contratada possua sede ou agência física em território nacional, devidamente vinculada ao CNPJ da empresa licitante, de forma a garantir meios adequados de atendimento, comunicação, gestão administrativa e operacional dos serviços contratados.</div> <div>A exigência busca assegurar que a empresa possua estrutura física mínima e capacidade organizacional efetiva para a execução do objeto, especialmente no tocante à resolução de demandas presenciais, atendimento a eventuais diligências da Administração Pública e regularidade fiscal e trabalhista compatível com a legislação nacional.</div> <div>Tal requisito também contribui para o controle e fiscalização contratual, viabilizando a identificação e responsabilização direta da contratada em território brasileiro, além de garantir a segurança jurídica e administrativa nas relações contratuais.</div>
13/01/2026 15:39	<div>01 - Aceita taxa de agenciamento (zero)?</div> <div>02 - Aceita taxa negativa (desconto sobre valor da tarifa)?</div> <div>03 - Caso tenhamos a intenção de oferecer a taxa zerada (ou seja, não cobrar pelo serviço de agenciamento) qual o "VALOR" que devemos cadastrar no PORTAL?</div> <div>ITEM 01 - Ex: R\$ 0,0001 ou R\$ 0,01 ou R\$1734,26</div> <div>ITEM 02 - Ex: R\$ 0,0001 ou R\$ 0,01 ou R\$11560,48</div> <div>04 - Exige posto de atendimento físico? ou as emissões dos bilhetes serão somente online?</div> <div>1. Em análise ao instrumento convocatório e ao Termo de Referência, e considerando o objeto de Registro de Preços para o serviço de agenciamento de passagens aéreas, informa-se que não há vedação expressa para a apresentação de proposta comercial com Taxa de Agenciamento Zero.</div> <div>Portanto, estabelece-se que as propostas que apresentem taxa de agenciamento nula serão aceitas, sendo que sobre a taxa de agenciamento reitera-se redação do item 7.1 do Termo de Referência, anexo I deste instrumento convocatório:</div> <div>7.1. A taxa de transação ou taxa de agenciamento (transaction-Fee) constitui a única forma de remuneração a CONTRATADA pelos serviços de agenciamento sistematizado previstos, sendo vedada a cobrança de qualquer outra taxa ou sobre taxa sobre o valor da tarifa, das taxas de embarque ou do valor da apólice como forma de remuneração pelos serviços prestados.</div> <div>02. Esclarece-se que não serão aceitas taxas de valor negativo, logo não será permitido desconto sobre o valor unitário das passagens aéreas, sendo que somente será variável o valor da taxa de agenciamento.</div> <div>03. Para fins de cadastramento da proposta, caso o licitante queira ofertar taxa zero, os valores cadastrados deverão ser os VALORES UNITÁRIOS SEM TAXA, dispostos no item 11, do Termo de Referência, anexo I do Edital, sendo estes:</div> <div>Passagens Nacionais: R\$ 1734,26</div> <div>Passagens Internacionais: R\$ 11.560,48</div> <div>04. Posto de Atendimento: Não há obrigatoriedade de posto de atendimento físico nas dependências da Contratante. No entanto, a empresa deve possuir sede ou agência física em território nacional e prestar atendimento 24 horas por canais remotos (telefone, e-mail, WhatsApp), vide item 5.2 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.</div> <div>5.2.2. A empresa contratada deverá possuir sede ou agência física em território nacional, devidamente vinculada ao CNPJ da licitante, com estrutura administrativa e operacional compatível com o objeto contratado, a fim de assegurar a adequada execução dos serviços e a pronta comunicação com a Administração.</div> <div>OBS: A exigência de sede física em território nacional não se restringe à localidade específica, podendo estar situada em qualquer unidade da Federação, desde que formalmente vinculada ao CNPJ da empresa licitante.</div> <div>Considera-se necessário que a futura contratada possua sede ou agência física em território nacional, devidamente vinculada ao CNPJ da empresa licitante, de forma a garantir meios adequados de atendimento, comunicação, gestão administrativa e operacional dos serviços contratados.</div> <div>A exigência busca assegurar que a empresa possua estrutura física mínima e capacidade organizacional efetiva para a execução do objeto, especialmente no tocante à resolução de demandas presenciais, atendimento a eventuais diligências da Administração Pública e regularidade fiscal e trabalhista compatível com a legislação nacional.</div> <div>Tal requisito também contribui para o controle e fiscalização contratual, viabilizando a identificação e responsabilização direta da contratada em território brasileiro, além de garantir a segurança jurídica e administrativa nas relações contratuais.</div>
13/01/2026 15:39	<div>1. Para cadastro de proposta nos ITENS 01 e 02, serão aceitos valores unitários de R\$ 0,0001 (com quatro casas decimais), ou de R\$ 0,01 (com duas casas decimais) para a Taxa de Agenciamento.</div> <div>2. Colocamos no sistema somente o valor da Taxa de Agenciamento OU o valor do Bilhete (estimado no Edital) - Taxa de Agenciamento?</div> <div>Esclarece-se que para fins de cadastramento de proposta no sistema deverão ser cadastrados os VALORES UNITÁRIOS SEM TAXA, dispostos no item 11, do Termo de Referência, anexo I do Edital, acrescidos da taxa de agenciamento que será ofertada pela empresa, a qual pode conter até 4 casas decimais.</div> <div>Exemplo:</div> <div>Taxa do agenciamento: 0,01</div> <div>Valor unitário sem taxa passagem nacional: R\$ 1734,26</div> <div>Valor a ser cadastrado (com a taxa): R\$ 1751,60</div>
13/01/2026 15:39	<div>1 - Considerando o princípio da segurança jurídica, do artigo 5º da Lei nº 14.133/21, e que o Pregão Eletrônico Nº 90008/2025 (SRP) está suspenso por força de liminar, qual a fundamentação para o Pregão Eletrônico Nº 90016/2025 (SRP) já iniciado com o mesmo objeto e como teria sido a fase de planejamento desse novo pregão?</div> <div>2 - Pode-se enviar ou publicar no compras.gov.br o ETP anterior e do ETP desde novo pregão.</div> <div>3 - Com esse novo pregão, qual a intenção em relação ao mandato de segurança no qual foi determinada a suspensão e que ainda terá julgamento de mérito? Qual o objetivo exato de novo pregão e por qual razão, precisamente, não houve a correção de atos ainda no próprio pregão anterior?</div> <div>4 - Os assuntos tratados no mandato de segurança e na liminar deferida, pela suspensão do pregão, já foram objeto de parecer jurídico expresso, interno, uma vez que o edital com esse tipo de situação precisava voltar para análise jurídica?</div> <div>5 - Qual o fundamento legal específico (dispositivo de lei) utilizado para deixar o pregão anterior suspenso e já proceder com o novo pregão para o mesmo objeto enquanto o assunto está "sub judice"?</div> <div>6 - Ainda sobre a situação acima, foi feita a pesquisa de "mercado" e considerado o contexto da impossibilidade de descontos e de taxas negativas, diante das informações oficiais das principais companhias aéreas e das normas, inclusive, da Receita Federal?</div> <div>7 - Prosseguindo esses aspectos foram analisados em uma nova fase de instrução do processo, dentro das normas de ETP, notadamente, pelo que consta dos artigos 6º e 18, da Lei nº 14.133/21, inclusive, considerando casos notórios nos quais se retrocedeu e se fez ressalva, vedando taxa negativa (o mesmo que desconto), como o último pregão da SEE-DF e o último pregão do TCU?</div> <div>8 - Precisamente, houve alguma alteração de texto no edital? Se houve, qual ou quais?</div> <div>9 - No Edital não consta, mas será feita ressalva expressa, ainda que no campo de esclarecimentos do compras.gov.br de que será proibida a TAXA NEGATIVA, que é a mesma coisa que DESCONTO, uma vez que as receitas contábeis e tributárias da agência são em seu CNPJ, enquanto as receitas contábeis de tarifas da concessão do transporte aéreo são do CNPJ de cada companhia aérea, logo, agência não pode ofertar taxa negativa (o mesmo que desconto)?</div> <div>10 - Haverá taxa de repasse a terceiros (DU ou RAV)?</div> <div>11 - Os valores R\$ 1734,26 no item 01 e R\$ 11.560,48 no item 02, referem-se aos valores unitários estimados por item (sem a cobrança de taxa de agenciamento)?</div> <div>12 - Embora pareça repetitivo, será aceita taxa de agenciamento negativa, que é a mesma coisa que desconto? Haverá ressalva no sistema proibindo taxa negativa / desconto?</div> <div>13 - Será obrigatório posto de atendimento nas dependências da CONTRATANTE ou escritório na cidade da CONTRATANTE?</div> <div>14 - Será permitida a utilização de milhas, programas de fidelidade ou créditos pessoais na emissão das passagens?</div> <div>1. Fundamentação e Planejamento (Itens 1, 3, 4, 5 e 7)</div> <div>A Administração, no exercício de seu poder-dever de autotutela (Súmula nº 473 do STF), identificou que o vício que enseja a liminar no Pregão nº 90008/2025 foi exclusivamente a resposta administrativa a um esclarecimento dado em 11/12/2025, que extrapoulo o edital ao admitir taxa negativa.</div> <div>Fundamento Legal: O novo pregão (90016/2025) foi iniciado com base no Art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, que prevê a republicação do edital quando alterações afetarem a formulação de propostas.</div> <div>Referência: Não houve vício no planejamento original (ETP/TR), razão pela qual o edital e o Termo de Referência foram mantidos intactos. A fase de planejamento foi ratificada pela orientação da PGE, que confirmou que a autotutela permite a continuidade do certame seguindo as disposições originais.</div> <div>Mandato de Segurança: A anulação administrativa de todos os atos posteriores ao esclarecimento violado atende ao pedido de mérito do próprio mandato de segurança, permitindo o prosseguimento regular do processo.</div> <div>2. Documentação e ETP (Item 2)</div> <div>O Estudo Técnico Preliminar (ETP) está disponível para consulta no sistema Compras.gov.</div> <div>3. Da Alteração do Instrumento Convocatório</div> <div>Esclarece-se que não houve qualquer tipo de mudança no texto do Edital, sendo que o texto se mantém o mesmo do Edital 90008/2025.</div> <div>4. Taxa de Agenciamento Negativa e Descontos (Itens 6, 9 e 12)</div> <div>A Administração reafirma que o critério de julgamento é o menor preço.</div> <div>Proibição de Taxa Negativa: O edital e o TR não prevêm a admissibilidade de taxa de agenciamento negativa. A taxa de transação (o fee) é definida como a "única forma de remuneração" da contratada, o que pressupõe valor positivo. Dessa forma, resulta-se que não será admitida taxa de agenciamento negativa.</div> <div>Pesquisa de Mercado: A pesquisa de preços considerou o contexto atual do mercado e as normas vigentes, definindo valores estimados unitários de R\$ 1734,26 para passagens nacionais e R\$ 11.560,48 para internacionais, ambos acrescidos de uma taxa de agenciamento referencial de R\$ 0,01.</div> <div>5. Valores Unitários e Taxas (Itens 10 e 11)</div> <div>Valores Estimados: Os valores de R\$ 1734,26 (item 1) e R\$ 11.560,48 (item 2) referem-se aos valores unitários sem taxa de agenciamento estimados para as passagens. Sendo que no cadastramento da proposta o valor da taxa deve ser aplicado sobre o valor unitário sem taxa (R\$ 1734,26 item 1 - passagens nacionais e R\$ 11.560,48 item 2 - passagens internacionais).</div> <div>Taxas de Terceiros: É vedada a cobrança de qualquer outra taxa ou sobre taxa (como DU ou RAV) sobre o valor da tarifa ou taxas de embarque como forma de remuneração.</div> <div>5. Execução e Logística (Itens 13 e 14)</div> <div>Posto de Atendimento: Não há obrigatoriedade de posto de atendimento físico nas dependências da Contratante. No entanto, a empresa deve possuir sede ou agência física em território nacional e prestar atendimento 24 horas por canais remotos (telefone, e-mail, WhatsApp), vide item 5.2 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.</div> <div>5.2.2. A empresa contratada deverá possuir sede ou agência física em território nacional, devidamente vinculada ao CNPJ da licitante, com estrutura administrativa e operacional compatível com o objeto contratado, a fim de assegurar a adequada execução dos serviços e a pronta comunicação com a Administração.</div> <div>OBS: A exigência de sede física em território nacional não se restringe à localidade específica, podendo estar situada em qualquer unidade da Federação, desde que formalmente vinculada ao CNPJ da empresa licitante.</div> <div>Considera-se necessário que a futura contratada possua sede ou agência física em território nacional, devidamente vinculada ao CNPJ da empresa licitante, de forma a garantir meios adequados de atendimento, comunicação, gestão administrativa e operacional dos serviços contratados.</div> <div>A exigência busca assegurar que a empresa possua estrutura física mínima e capacidade organizacional efetiva para a execução do objeto, especialmente no tocante à resolução de demandas presenciais, atendimento a eventuais diligências da Administração Pública e regularidade fiscal e trabalhista compatível com a legislação nacional.</div> <div>Tal requisito também contribui para o controle e fiscalização contratual, viabilizando a identificação e responsabilização direta da contratada em território brasileiro, além de garantir a segurança jurídica e administrativa nas relações contratuais.</div> <div>Milhas e Créditos: O edital não prevê a utilização de milhas ou créditos pessoais na emissão de passagens corporativas.</div>
13/01/2026 15:38	<div>1. No cadastramento, caso a empresa queira ofertar taxa zero, será considerado o valor unitário sem a taxa ou com a taxa?</div> <div>2. Aceita negativa?</div> <div>3. Aceita consolidadora?</div> <div>1. No cadastramento da proposta, caso opte-se pela taxa zero, o valor a ser cadastrado deverá ser o VALOR UNITÁRIO SEM TAXA, presente no item 11 do do Termo de Referência, anexo I do Edital, sendo este:</div> <div>Passagens Nacionais: R\$ 1734,26</div> <div>Passagens Internacionais: R\$ 11.560,48</div> <div>2. Não serão aceitas taxa de agenciamento negativas. É vedada a apresentação de taxa negativa ou qualquer outra forma de desconto sobre o valor das passagens aéreas.</div> <div>3. Não serão aceitas taxas consolidadoras, vide item 7.1, do Termo de Referência, anexo I do Edital.</div> <div>7.1. A taxa de transação ou taxa de agenciamento (transaction-Fee) constitui a única forma de remuneração a CONTRATADA pelos serviços de agenciamento sistematizado previstos, sendo vedada a cobrança de qualquer outra taxa ou sobre taxa sobre o valor da tarifa, das taxas de embarque ou do valor da apólice como forma de remuneração pelos serviços prestados.</div>
13/01/2026 15:37	<div>1. Será aceito taxa de agenciamento zero na proposta? Exemplo: R\$ 0,00, a fim de zerar a taxa de agenciamento?</div> <div>2. Será aceito desconto sobre as passagens?</div> <div>1. Em análise ao instrumento convocatório e ao Termo de Referência, e considerando o objeto de Registro de Preços para o serviço de agenciamento de passagens aéreas, informa-se que não há vedação expressa para a apresentação de proposta comercial com Taxa de Agenciamento Zero.</div> <div>Portanto, estabelece-se que as propostas que apresentem taxa de agenciamento nula serão aceitas, sendo que sobre a taxa de agenciamento reitera-se redação do item 7.1 do Termo de Referência, anexo I deste instrumento convocatório:</div> <div>7.1. A taxa de transação ou taxa de agenciamento (transaction-Fee) constitui a única forma de remuneração a CONTRATADA pelos serviços de agenciamento sistematizado previstos, sendo vedada a cobrança de qualquer outra taxa ou sobre taxa sobre o valor da tarifa, das taxas de embarque ou do valor da apólice como forma de remuneração pelos serviços prestados.</div> <div>Obs: Para fins de cadastramento da proposta, caso o licitante queira ofertar taxa zero, os valores cadastrados deverão ser os VALORES UNITÁRIOS SEM TAXA, sendo estes:</div> <div>Passagens Nacionais: R\$ 1734,26</div> <div>Passagens Internacionais: R\$ 11.560,48</div> <div>2. Esclarece-se que não serão aceitas taxas de valor negativo, logo não será permitido desconto sobre o valor unitário das passagens aéreas, sendo que somente será variável o valor da taxa de agenciamento.</div>
13/01/2026 15:37	<div>1. Será aceito taxa zero? Caso não seja permitido taxa zero, qual o valor mínimo aceito?</div> <div>2. Será aceito desconto sobre as passagens?</div> <div>1. Em análise ao instrumento convocatório e ao Termo de Referência, e considerando o objeto de Registro de Preços para o serviço de agenciamento de passagens aéreas, informa-se que não há vedação expressa para a apresentação de proposta comercial com Taxa de Agenciamento Zero.</div> <div>Portanto, estabelece-se que as propostas que apresentem taxa de agenciamento nula serão aceitas, sendo que sobre a taxa de agenciamento reitera-se redação do item 7.1 do Termo de Referência, anexo I deste instrumento convocatório:</div> <div>7.1. A taxa de transação ou taxa de agenciamento (transaction-Fee) constitui a única forma de remuneração a CONTRATADA pelos serviços de agenciamento sistematizado previstos, sendo vedada a cobrança de qualquer outra taxa ou sobre taxa sobre o valor da tarifa, das taxas de embarque ou do valor da apólice como forma de remuneração pelos serviços prestados.</div> <div>Obs: Para fins de cadastramento da proposta, caso o licitante queira ofertar taxa zero, os valores cadastrados deverão ser os VALORES UNITÁRIOS SEM TAXA, sendo estes:</div> <div>Passagens Nacionais: R\$ 1734,26</div> <div>Passagens Internacionais: R\$ 11.560,48</div> <div>2. Esclarece-se que não haverá qualquer tipo de mudança no texto do Edital, sendo que o texto se mantém o mesmo do Edital 90008/2025.</div>